

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.117 - SP (2019/0016927-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DO LOTEAMENTO
RECANTO VALE DO SOL
ADVOGADO : ROBERTO LAFFYTHY LINO E OUTRO(S) - SP151539
AGRAVADO : GERSON LUIZ MENDES DE BRITO
AGRAVADO : NELSON JESUS MARTINEZ
AGRAVADO : PAULO SERGIO SCATAMBURLO
AGRAVADO : LUIZ ANTONIO SCATAMBURLO
ADVOGADO : TATIANA ZERBINNI E OUTRO(S) - SP176424
INTERES. : NILTON ALVES FERNANDES
ADVOGADOS : BENJAMIM FERREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP245779
DORIVAL FRANCO DE MORAES JUNIOR - SP361603

DECISÃO

Em razão do entendimento firmado pela Quarta Turma no julgamento do AgInt no AREsp 1.389.028/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 8.5.2019, no sentido de que "a necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional", reconsidero a decisão de fls. 1.620/1.621, proferida pela Presidência desta Corte Superior, e passo à análise do recurso.

Trata-se de agravo interposto por ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO LOTEAMENTO RECANDO VALE DO SOL contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pela Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1.478):

Ação Declaratória Improcedência - Decadência do direito de discutir a regularidade da criação da Associação requerida - Matéria relativa à obrigatoriedade, ou não, de associação dos autores e, em consequência à sujeição deles às regras por ela estatuídas, que desborda o objeto desta lide - Ausência de violação ao direito de ir e vir dos autores pela necessidade de se identificarem perante a portaria do loteamento - Não comprovação das alegações acerca da simulação apontada - Verba honorária, contudo, que se mostra exagerada - Redução - Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.549/1.554).

A agravante sustenta, nas razões de recurso especial, ofensa ao artigos 85, §§ 2º, 3º, 8º e 11, do Código de Processo Civil e 22 da Lei n. 8.906/94, bem como divergência jurisprudencial, sob o entendimento de que não é possível a fixação da verba honorária por equidade, em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), porque o caso não se enquadra nas hipóteses previstas no § 8º do mesmo artigo. Defende que devem ser observados os limites mínimos e máximos de arbitramento da verba honorária previstos no texto da legislação federal apontado, com a majoração devida pelos recursos interpostos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Depreende-se dos autos que, em ação declaratória julgada improcedente, o Tribunal de origem fixou os honorários advocatícios em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com base no § 8º do Código de Processo Civil de 2015 pelos seguintes fundamentos (fl. 1.483/1.485):

Em relação à sucumbência, contudo, observa-se que o valor fixado se mostra extremamente exagerado, apesar das quase 1500 páginas do processo, já que não há que se falar em extrema complexidade a justificar sua fixação em 15% do valor atualizado da causa, este fixado em R\$ 280.000,00.

É certo que o juiz não está adstrito a observar os limites de 10% a 20%, sobre o valor da causa, cumprindo-lhe efetuar análise segundo o preconizado pelos incisos I a IV do § 2º do artigo 85 do atual CPC (antes disciplinado pelas alíneas a, b e c, do § 3º, do art. 20 do CPC/1973) e de acordo com:

- I) o grau de zelo do profissional;
- II) o lugar da prestação do serviço;
- III) a natureza e importância da causa;
- IV) o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

Portanto e uma vez que não existe obrigação de fixar os honorários advocatícios em percentual situado entre 10 e 20% do valor da causa,

tem-se como adequada a sua fixação em R\$12.000,00, de forma proporcional, a ser atualizado a partir desta data, monetariamente, pela Tabela Prática do TJSP e juros de mora, a partir do trânsito em julgado.

Observe, entretanto, que não estão caracterizadas quaisquer das hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015 (arbitramento por apreciação equitativa), uma vez que o valor da causa foi atribuído pelos autores, na data de 3 de junho de 2015, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Desse modo, na ação declaratória, não sendo o proveito econômico inestimável ou irrisório e o valor da causa muito baixo, deve ser aplicada ao caso a regra geral do § 2º do mesmo artigo, que determina expressamente a utilização de percentual sobre o valor atualizado da causa. Patente, portanto, a negativa de vigência ao referido texto da legislação federal.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II)

o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.

85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29.3.2019);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E
APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO.

SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30.4.2018);

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba

Superior Tribunal de Justiça

honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1731617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15.5.2018).

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para fixar os honorários de sucumbência em 11% (onze por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos dos §§ 2º e 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora